

NORMA CULTA E VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Roberto Gomes Camacho

Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - São José do Rio Preto - Unesp

Resumo: Reflexão acerca da norma culta e das variedades linguísticas, partindo-se do pressuposto de que o modo de falar de um indivíduo revela suas características sociais, pois toda língua comporta variações em função da identidade do emissor e do receptor; e das condições sociais de produção discursiva. Assim, o conhecimento das diversas variações – socioculturais, geográficas, históricas e estilísticas, entre outras –, e da sua legitimidade impede que haja, na ação pedagógica, violência simbólica resultante da imposição de uma única norma prestigiada.

Palavras-Chave: Variedade linguística, Norma culta, Preconceito linguístico.

1. A VARIAÇÃO E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Todos nós já tivemos a experiência de estar em um lugar público e ouvir uma conversa acontecendo ao redor. Por razões de educação, geralmente não voltamos o olhar diretamente para os eventuais participantes; somos, no entanto, capazes de formar alguma impressão que nos auxilie a identificá-los socialmente, avaliando a origem geográfica e a classe social dos participantes desconhecidos e as circunstâncias da interação em que se acham envolvidos apenas com base na expressão verbal.

Assim, vamos supor que, em uma viagem de ônibus, ouvíssemos o vizinho no banco de trás perguntar: *Farta muito pra essa lata veia chegá?* Logo identificamos uma diferença entre a palavra *falta*, geralmente pronunciada com ‘u’, como *fauta*, e sua alternativa *farta* pronunciada com ‘r’; identificamos também a pronúncia da semivogal *i* no lugar de *lh* da palavra *velha*, pronunciada *veia*. Com base nesses traços, suspeitamos de que o falante tem origem rural ou baixa escolaridade, ou está muito à vontade, em uma situação extremamente familiar.

Por que é possível fazer essas adivinhações com grau considerável de acerto? A resposta mais natural é porque, por um lado, toda língua varia, isto é, não existe comunidade linguística alguma em que todos falem do mesmo modo e porque, por outro lado, a variação é o reflexo de diferenças sociais, como origem geográfica e classe social, e de circunstâncias da comunicação. Com efeito, um dos princípios mais evidentes desenvolvidos pela linguística é que **a organização estrutural de uma língua (os sons, a gramática, o léxico) não está rigorosamente associada com homogeneidade; pelo contrário, a variação é uma característica inerente das línguas naturais.**

Continuando a observar a conversa, poderíamos ouvir a seguinte resposta como uma sequência do diálogo: *Farta umas treis hora*. Para não perdermos o hábito da correção, procuraríamos prontamente uma forma alternativa que consideramos correta, como: *Faltam umas três horas*. Nesse caso, além das diferenças na pronúncia dos sons, notaríamos que há também diferenças de concordância verbal e nominal, entre a fala dos vizinhos e a nossa própria fala, o que estenderia as observações para o fato de que o suposto falante da zona rural também mostra diferenças na área da morfossintaxe.

Prosseguindo com a conversa, o primeiro falante concluiria: *Bem, então, tá na hora de merendá* – e uma vez mais observaríamos, afinal, que *merendar* (ou *merendá*) é uma variação lexical, ou de vocabulário, para a expressão *tomar café da tarde*, o que completaria nossas observações de que a variação se estende para o uso do vocabulário.

Na sequência desse raciocínio, elaborado aos solavancos do ônibus, comparando, por exemplo, a palavra *falta* com a palavra *lata*, perceberíamos mais uma característica dos processos de variação: a de que o som inicial de *lata* não varia como o de *alta*, que pode ser pronunciado tanto como *auta* quanto como *arta*, simplesmente porque, na primeira palavra, o *l* está no início da sílaba, enquanto, na segunda, está no final dela. Também nos limites da gramática, conquanto é comum ouvir, por exemplo, a expressão *umas três hora*, é muito raro ouvir *uma três horas*. Há uma regra da variedade popular, motivada pela organização sintática do português, que permite a ausência de pluralidade nos últimos constituintes de uma locução, mas não no primeiro da série, que, via de regra, deve vir marcado com o plural.

Esses fatos linguísticos nos levam a concluir também que a variação não é um processo sujeito ao livre arbítrio de cada falante, que se expressaria, assim, do jeito que bem entender; muito pelo contrário, **a variação é um fenômeno regular, sistemático, motivado pelas próprias regras do sistema linguístico.**

Quem se prestar a ver a organização da língua com olhar mais demorado, ficará impressionado com a natureza ordenada e estruturada de todas as variedades dela e condenaria impressões equivocadas e, às vezes, preconceituosas, como a de existência de estruturação

aleatória, submetida à vontade de cada falante. Observa-se, geralmente, no senso comum a crença equivocada de que os falantes de variedades populares, como as examinadas acima, falam sem obedecer a regra alguma, o que é destituído de qualquer verdade científica. Desse modo, o que esses falantes fazem é não seguir, por desconhecimento, as regras da variedade culta escrita do português, segundo as quais a marcação de plural deve ser redundantemente marcada em todos os constituintes de uma locução nominal, como o que se vê em *umas três horas, as casas amarelas* etc., procedimento sintático chamado de **regra de concordância nominal**.

Assim, o que poderíamos ensinar, após essas descobertas, a uns jovens estudantes sentados no banco ao lado, que começam a rir não só da pronúncia dos dois passageiros do banco da frente, mas também, na opinião deles, “do sentido incompreensível da palavra *merendar*?” Afinal, para eles, *merenda* é a refeição que a escola pública fornece gratuitamente para as crianças durante o recreio. Quem faz pouco do modo de falar de outras pessoas acredita no mito de que o português é uma língua única, invariante, e, como tal, uma única forma é a correta e as demais nada mais são que erros, e *merendá* não passa, assim, de uso errado de *tomar o café da tarde*.

O que teríamos a ensinar a esses jovens irreverentes (e ignorantes a respeito da linguagem) é que, se a variação é, como vimos, propriedade inerente da linguagem, **todas as línguas e dialetos (variedades de uma língua) são igualmente complexas e eficientes para o exercício de todas as funções a que se destinam e nenhuma língua ou variedade dialetal é inerentemente inferior a outra similar sua**. Assim, dizer que uma variedade rural é simples demais e, portanto, primitiva, significa afirmar que há alguma outra variedade mais complexa e mais desenvolvida. É esse tipo de pensamento que parece estar por trás de opiniões, como a de Marilene Felinto, que escreveu o seguinte sobre os paulistas do interior: “O povo tem pronúncia enrolada, estranha de ouvir; e fala um português capenga, em que imperam ausência de plural e erros de concordância” (apud POSSENTI, 2001, p. 63-64).

Não parece haver muita diferença entre o riso provocado pela fala de alguém e a emissão de uma opinião, como a da jornalista [Marilene Felinto], sobre a variedade do interior de São Paulo. Atitudes como essas são motivadas por discriminação. Esse tipo de preconceito, que infelizmente ainda se mantém, foi forjado pela tendência evolucionista do final do século XIX, segundo a qual diferenças culturais entre civilizações de diferentes estágios tecnológicos se correlacionariam a diferentes estágios na evolução da língua: assim quanto mais ‘primitivo’ fosse o estágio cultural de um povo, tanto mais ‘primitiva’ seria a estrutura da língua que ele fala. Outra fonte de preconceito, gerado por essa perspectiva, é a afirmação de que “[...] o japonês frequentemente remedeia a ausência de relativos com o emprego do chamado processo de anteposição” (LOPES, 1980, p. 29 apud CAMACHO, 1984).

O relativismo cultural desenvolvido pela antropologia do início do século XX passou a analisar cada civilização por si mesma, sem estabelecer comparação entre os diferentes tipos de cultura; apesar disso, o preconceito de que há línguas e variedades superiores desafortunadamente se mantém e é mais grave ainda, quando, em nome dele, atribui-se a crianças socialmente desfavorecidas a incapacidade de manifestar raciocínio lógico em virtude do “português capenga” que empregam. No entanto, nenhuma forma de expressão é em si mesma **deficiente**, mas tão somente **diferente**, e **todas as línguas e variedades dialetais fornecem a seus usuários meios adequados para a expressão de conceitos e proposições lógicas; assim, nenhuma língua ou variedade dialetal impõe limitações cognitivas tanto na percepção quanto na produção de enunciados.**

Além de não impor limitação cognitiva de qualquer espécie, é possível creditar ao uso de variedades populares o mesmo tipo de experiência estética de alto nível de que são dotadas as variedades cultas. Observemos alguns versos do poeta Patativa do Assaré:

Cheio de rima e sentindo

*Quero iscrevê meu volume,
Pra não ficá parecido
Com a fulô sem perfume:
A poesia sem rima,
Bastante me desanima
E alegria não me dá:
Não tem sabô a leitura,
Parece uma noite iscura
Sem istrela e sem luá.*

*(Patativa do Assaré [Antônio Gonçalves da Silva]. Aos poetas clássicos.
Disponível em: <http://www.releituras.com/patativa_poetclassicos.asp>).*

Esse uso da variedade popular, tipo de escrita muito próxima da fala de pessoas simples, é tão eficiente para a expressão artística quanto uma variedade culta trabalhada como se fosse variedade popular, como é possível notar em um autor consagrado da literatura brasileira:

O Senhor sabe o que é caber estabelecido dessa constante maneira? Se deram não sei os quanto mil tiros: isso nas minhas orelhas aumentou – o que azoava sempre e zinia, pipocava, proprial, estralejava. Assentes o rebôco e os vedos, as linhas e telhas da antiga casarona alheia, era o que para a gente antepunha defesa. (ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956).

Essa comparação tem a função de comprovar que, ao contrário do que afirmam os discursos preconceituosos, nenhuma variedade é capenga ou deficiente, nem em termos absolutos nem em termos relativos. Observemos agora o seguinte fragmento textual:

Intãoce fui in casa, peguei o meu laço de côro de veado pardo, que tem guentado tôro marruá... fui no ferrero, mandei fazê um anzolão de dois parmo, incastoei bem incastoadado, matei ua leitôa, sapequei cum tripa e tudo, ponhei no anzó, feito isca; marrei o laço nua arve e pinchei o anzó no fundão... (PIRES, Cornélio. **Musa Caipira**. As estrambóticas aventuras do Joaquim Bentinho (o queima-campo). Tietê: Prefeitura Municipal de Tietê, 1985, p. 111).

Embora esse texto represente a variedade rural, alguns traços dela são comuns a outros tipos de variedades, como as urbanas, faladas por pessoas geralmente de baixo grau de escolaridade. Observe-se o uso de *anzó* no lugar de *anzol*, com apagamento do fonema /u/ representado na escrita pela letra *l*; a pronúncia mais ou menos generalizada dos processos fonológicos de redução de fonemas no início de palavra (tradicionalmente chamada de *afêrese*), como em *guentado* e *marrei*, como formas populares de *aguentado* e *amarrei*. Outro traço é o apagamento regular da marca de pluralidade, já comentado acima, como em *dois parmo*, em vez de *dois palmos*, que, nesse caso, afeta também uma regra de concordância nominal.

Formas como *intãoce*, variante regional de *então*, é certamente resíduo histórico, geralmente chamado de **arcaísmo**, próprio de áreas conservadoras, como a zona rural do início do século XX, e constitui a preservação da forma arcaica *entonce*, provinda ao que parece das formas hipotéticas **in + tuncce < estonce (arc) < *ex tuncce* (COUTINHO, 1970, p. 266). Ela atesta um tipo de variação, chamada **histórica** ou **diacrônica**, que é extremamente notável em textos escritos do passado:

[...] quamdo a rollda vehesse acerca daquela porta, que elles braadariam altas vozes apupamdo: “Ex a rraposa vai! Eyla rraposa vai!” e que **estomçe** (grifo nosso) estevessem quedos e nom movessem nada [...] (A cronica d’El Rey D. João I. In: VASCONCELLOS, J. L. **Textos arcaicos**. Lisboa: Clássica, 1922, p. 78).

Esse fenômeno de variação e, ao mesmo tempo, de persistência de formas do passado na língua mostra que **nenhuma é imutável, ou seja, que as línguas se alteram com o passar do tempo**. Como o português tem origem em uma variedade falada e popular do latim, comumente denominada de *Latim Vulgar* (como se vê, já havia preconceito no passado), que lições poderíamos tirar da variação diacrônica para o ensino da língua portuguesa atual?

Pelo exposto, podemos obter a seguinte lição: **o que é considerado normativo para a variedade-padrão de uma época, pode perfeitamente ser considerado ultrapassado em proveito de formas mais usadas**. Devemos insistir em ensinar formas que nunca se usam, como o pronome *vós* e suas respectivas flexões verbais? Possenti (1998) chama a atenção para formas verdadeiramente arcaicas, como as regências de verbos como *assistir*, *visar* e *preferir* com a preposição *a*, mas que ainda pensamos estarem em uso somente porque são ensinadas na escola ou porque continuam a ser prescritas como corretas pelas gramáticas normativas. Observemos o tratamento que Cunha (1971) dá ao verbo *assistir*:

Uma longa tradição gramatical ensina que êste [*sic*] verbo é TRANSITIVO INDIRETO no sentido de “estar presente”, “presenciar”. Com tal significado, deve o OBJETO INDIRETO ser encabeçado pela preposição *a*, e, se fôr [*sic*] expresso por pronome de 3ª pessoa, exigirá a forma *a êle(s)* [*sic*] ou *a ela(s)*, e não *lhe(s)* (CUNHA, 1971).

Observemos, agora, o que afirma Cunha, mais adiante:

Na linguagem coloquial brasileira, o verbo constrói-se, em tal acepção, de preferência, com OBJETO DIRETO (cf.: assistir o jogo, um filme), e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada. (CUNHA, 1971, p. 355-356, grifo nosso).

O texto de Cornélio Pires acima mencionado traz formas como *arve*, *arvre*, próprias de variedades sociais ou geográficas; se comparadas com sua alternativa padrão, *árvore*, essas formas nos dão, em segundo lugar, outra lição: a de que as variedades populares, estigmatizadas hoje sem dó nem piedade, contêm processos regulares que se aplicam a outras formas similares da variedade não-padrão, como *corgo* (> *córrego*), *fosfro*, *fosfo* (> *fósforo*), *musga* (> *música*), cuja explicação remete à própria história da língua. Essa tendência de eliminar a vogal postônica de palavras proparoxítonas, em função da aceleração do ritmo da fala, era um processo muito produtivo também na passagem do latim para o português, fonte de formas atuais da variedade-padrão, cuja origem hoje desconhecemos, como *asno* < *ásinu-*, *vermelho* < *vermículu-*, *povo* < *pópulu-* (BAGNO, 2000, p. 107-108). Antes de vermos as variedades não-padrão com olhar discriminatório, devemos encarar a necessidade de tratá-las como fenômenos linguísticos regulares.

2. DETERMINAÇÕES SOCIAIS DAS VARIEDADES LINGÜÍSTICAS

Já que, conforme vimos, é possível identificar as características sociais de um falante desconhecido com base em seu modo de falar, podemos facilmente concluir que toda lín-

gua comporta variedades: (a) em função da identidade social do emissor; (b) em função da identidade social do receptor; (c) em função das condições sociais de produção discursiva (CAMACHO, 1988).

Em função do primeiro fator, pertencem as variedades que podemos denominar dialetais em sentido amplo: **variedades geográficas** (ou **diatópicas**), **variedades socioculturais** (ou **diastráticas**). Em função do segundo e do terceiro fatores, pertencem as **variedades estilísticas** (ou **diafásicas**). Referem-se ao grau de formalidade da situação e ao ajustamento do emissor à identidade social do receptor.

Como é verdadeiro que o domínio de uma língua deriva do grau de contato do falante com outros membros de uma comunidade, também é verdadeiro que quanto maior o contato entre os falantes de uma comunidade, tanto maior a semelhança entre seus atos verbais. Dessa tendência para a maior semelhança entre os atos verbais dos membros de uma mesma comunidade resulta a **variação geográfica** e a **variação sociocultural**. As variedades geográficas são o resultado direto da distância física entre os falantes; assim, pessoas que residem em lugares diferentes tendem a falar de modo diferente.

É fácil detectar a variação motivada por diferenças na origem geográfica. Basta percorrermos o país para percebermos, por exemplo, que os falantes da região nordestina se caracterizam pela abertura sistemática da vogal pretônica de *dezembro* e *colina*, pronunciadas *dêzembro* e *cólina*, sistematicamente fechada em outras regiões, em que é pronunciada como *dêzembro* e *côlina*. Em certas regiões do sul do país, pronunciam-se como *e* as vogais em posição átona final, como no SN *leite quente*, que, em outras regiões, aparecem como *i* como *leiti quenti*. Neste último caso, observa-se ainda que a pronúncia da vogal *i*, em certas regiões de São Paulo, acarreta a palatalização da consoante *t*, que passa a soar como *leitchi quentchi*, um som que os linguistas chamam de “africado” (CAMACHO, 2001).

Se o grau de semelhança entre as formas de expressão dos membros de uma comunidade linguística é proporcional ao grau de intercâmbio social que mantêm entre si, podemos afirmar que a variação sociocultural deriva da tendência para a maior semelhança entre os atos verbais dos indivíduos participantes de um mesmo setor socioeconômico e cultural. As variedades linguísticas são motivadas por diferenças de ordem socioeconômica, como nível de renda familiar, grau de escolaridade, ocupação profissional, de ordem sócio-biológica, como idade e gênero, entre outros, sejam eles isolados ou combinados entre si.

Fatores como idade, gênero e ocupação motivam o aparecimento de **linguagens especiais** que contrastam com a linguagem comum por consistirem em variedades dialetais próprias das diversas subcomunidades linguísticas, cujos membros compartilham uma forma especial de atividade, sobretudo na esfera profissional, mas também científica e lúdica.

Os jargões científicos, as gírias são subcategorias compreendidas no âmbito das linguagens técnicas. Observemos abaixo um exemplo de linguagem técnica:

Durante o procedimento, acidentalmente produziu-se pneumotórax. Instalou-se, em seguida, drenagem pleural contínua com boa expansão pulmonar. O líquido drenado inicialmente era hemorrágico, passando progressivamente para amarelo-citrino e amarelo-ouro. Posteriormente, no sexto dia e coincidindo com a introdução de dieta, houve turbidez do mesmo. (Relato de caso. **Jornal de Pediatria**, v. 62, n. 1/2, 1987).

As diversas modalidades de gírias distinguem-se de outros tipos de linguagens técnicas em função das motivações sociais que acionam seu surgimento, a mais importante das quais é a necessidade de sigilo, principalmente no caso do desenvolvimento de variedades linguísticas próprias de grupos fechados, como o de marginais. O fragmento abaixo é um exemplo de gíria de marginais dos anos 1940, que se vê em obra literária:

Não é mulher bonita, nem gostar o que está me perdendo.

Lércio Arrudão, os anos de janela e de Detenção não me ensinaram nada.

Que minas eu tenho e até pivas e naimas das mais finas. Tive filhas de bacanas, nas estranhas. E Maria Princesa, minha última umas-e-outras fixa, é uma boneca e novinha, cheirando a broto do interior – tratada, vestida, desfila como rainha... Nem gostar é o que me estrepa. (FERREIRA FILHO, J. A. Paulinho Perna Torta. In: FERREIRA FILHO, J. A. **Os melhores contos de João Antonio**. São Paulo: Global, 1986, p. 166).

Há outras motivações que acionam o surgimento da gíria. Além da necessidade de criação de neologismos por força de necessidades expressivas, há uma demanda especial, em certos grupos, por forte coesão social, cuja consequência é a exclusão, via linguagem, dos que não fazem parte do grupo. Esse tipo de motivação para a criação de gíria caracteriza especialmente a linguagem do adolescente.

A diversidade linguística não se restringe a determinações motivadas pela origem sociocultural e geográfica do falante. Um mesmo indivíduo pode optar por diferentes formas linguísticas de acordo com a variação das circunstâncias que cercam a interação verbal, incluindo o contexto social, propriamente dito, o assunto tratado, a identidade social do interlocutor etc. Um professor universitário, por exemplo, pode pôr-se às voltas com pelo menos três diferentes situações linguísticas: no restaurante universitário, conversando banalidades com seus alunos; na sala de aula, exercendo sua profissão; e no auditório, dando uma palestra. É óbvio que, conforme aumenta o grau de formalidade dessas diferentes circunstâncias,

maior é o uso de variantes-padrão. Assim, na situação de conferencista, não soaria adequado o emprego de *cê*, por *você*, por exemplo, de *tá*, por *está*, perfeitamente plausíveis na conversa informal do restaurante universitário.

As **variedades estilísticas** resultam da adequação da expressão às finalidades específicas do processo de interação verbal com base no grau de reflexão sobre as formas que constituem a competência comunicativa do sujeito falante. O grau de reflexão é proporcional ao grau de formalidade da situação interacional: quanto menos coloquiais as circunstâncias, tanto maior a preocupação formal. Se a competência do falante inclui duas formas de expressão, como *Por favor, poderia me passar o açúcar*, em contraste com *O meu chapa, vai ficar alugando o açucareiro até quando? Dá pra passar ou não?*, o óbvio é que o primeiro enunciado seja selecionado em um jantar com pessoas desconhecidas, e o segundo, em uma mesa de bar que se compartilha com pessoas do círculo íntimo.

É possível considerar dois limites extremos na transição entre os diferentes estilos possíveis: o **estilo informal**, em que é mínimo o grau de reflexão sobre as formas empregadas, e o **estilo formal**, em que é máximo o grau de reflexão que se projeta sobre as formas linguísticas. A diferença essencial entre os dois graus extremos reside nos diferentes graus de adesão ao uso de formas padrão ou variantes de prestígio: no estilo informal a adesão às formas prestigiadas ou cultas é menor do que no estilo formal.

Outro aspecto a destacar é a forte vinculação entre a variação sociocultural e a estilística. Para iniciar a reflexão, podemos dizer, inicialmente, que, de acordo com a relação entre língua e sociedade, é forçoso reconhecer que “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1985, p. 4). Assim, expressões, como *os meninos espertos* e *umas três horas*, que manifestam marca de plural em todos os constituintes, são variantes reconhecidas como detentoras de prestígio social entre os membros da comunidade, sendo por isso chamadas **variantes de prestígio** ou **padrão**. Já suas alternativas com ausência de marca de pluralidade nos constituintes finais da série, como em *os menino esperto*, *uma treis hora*, são reconhecidas como **variantes não-padrão** ou **estigmatizadas**.

É evidente que a distribuição de valores sociais se torna institucionalizada com a elevação de uma variedade de prestígio à condição de língua padrão que, como tal, passa a ser veiculada no sistema escolar, nos meios de comunicação, na linguagem oficial do Estado etc.

Assim, o indivíduo necessita ter, interiorizadas em sua competência linguística, as formas alternativas da variedade-padrão, ou de prestígio, e da variedade não-padrão, que pode ser também estigmatizada, sobre as quais ele pode operar a seleção conforme variam as circunstâncias de interação. Nem sempre, todavia, as condições sociais permitem esse

conhecimento. Abaixo temos um trecho de uma crônica que descreve uma confusão entre o cobrador (chamado de *trocador*, no Rio de Janeiro) de ônibus e um passageiro que, segundo o cobrador, deveria levantar-se por estar com o calção molhado de água do mar:

- *O ônibus vai parar e eu chamo a polícia.*
- *A polícia vai me prender porque estou suando?*
- *Vai botar o senhor pra fora porque é um... recalcitrante.*
- *O passageiro pulou, transfigurado:*
- *O quê? Repita, se for capaz.*
- *Re... calcitrante.*
- *Te quebro a cara, ouviu? Não admito que ninguém me insulte!*
- *Eu? Não insultei.*
- *Insultou, sim. Me chamou de réu. Réu não sei o quê, calcitrante, sei lá o que é isso. Retira a expressão, ou lá vai bolacha.*
- *Mas é a portaria! A portaria é que diz que o recalcitrante...*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Recalcitrante. In: ANDRADE, C. D. De notícias & não-notícias faz-se a crônica. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 31-33).

Toda a confusão nasce do uso de uma palavra cujo valor semântico um dos envolvidos não domina muito bem, certamente em razão da raridade de ocorrência em situações mais informais de interação, já que seu uso se limita a situações de comunicação em que prevalece a variedade escrita padrão, como o texto formal de uma portaria, que deveria certamente estar afixada no coletivo.

Em geral, indivíduos de baixa escolarização e que exercem atividades produtivas que não exigem senão habilidades manuais tendem a ser menos estimulados quanto à capacidade de operar com regras variáveis (ao menos no âmbito de seu trabalho). Nesse caso, como lhe foram vedadas as possibilidades de adaptar seu estilo às circunstâncias de interação, a variedade que usam acaba representando uma poderosa barreira para toda possibilidade de ascensão social que depender de capacidade verbal. Cabe ao sistema escolar cuidar para que as formas da variedade-padrão sejam desde cedo ensinadas à criança, para que, quando adulto, ela incorpore em seu acervo o máximo possível de formas padrão, tornando-se, assim, capaz de adequar a expressão verbal às circunstâncias de interação. A pedagogia da língua materna deve valorizar o princípio de que **todos os falantes são capazes de adaptar seu estilo de fala à diversidade das circunstâncias sociais da interação verbal, e de discernir que formas alternativas são as mais apropriadas.**

3. O CONCEITO DE NORMA

Como extensão da premissa de que diferenças linguísticas derivam de diferenças sociais, até aqui discutida, devemos esperar que ocorra alguma forma de padronização. Certas normas de comportamento social podem ser fixadas como mais apropriadas em uma determinada comunidade cultural e o mesmo pode aplicar-se a normas de comportamento linguístico. É absolutamente indiferente se uma pessoa come ervilhas com uma colher ou com um garfo em termos do teor alimentício dessa leguminosa, mas é certo que os manuais de boas maneiras prescrevem que se deve comê-las com um garfo, mesmo que pareça até menos eficiente que usar uma colher. Somente nesse sentido objetivo, relacionado a normas sociais de comportamento verbal, é que a noção de **correção** deve ser usada em relação à linguagem (WOLFRAM; FASOLD, 1974). Essas normas não têm relação, como vimos, com a capacidade linguística inerente: assim, se uma pessoa diz *marrei o laço nua arve e pinchei o anzó no fundão* é absolutamente irrelevante em termos do sistema linguístico na medida em que o conteúdo desse enunciado é prontamente entendido por qualquer interlocutor, mas *marrei*, por exemplo, é considerada uma forma não-padrão por estar **em** desacordo com as normas sociais para o uso linguístico em situações formais.

Por razões históricas, de natureza cultural, política e ideológica, nem todas as variedades dialetais usadas em uma determinada comunidade são iguais em termos de sua aceitabilidade e, desse modo, uma delas é escolhida como a variedade-padrão. A história das línguas europeias mostra que o passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita dentro de restritos ambientes de poder. Assim, considerando a história do português, no século XII, a língua literária, chamada galego-portuguesa, era a expressão, no plano linguístico, do prestígio político e cultural de Santiago de Compostela (GNERRE, 1985). Conforme o polo do poder mudou (hoje a Galícia pertence à Espanha), mudou também a incidência regional da variedade-padrão em Portugal, que já foi Coimbra e, hoje, é Lisboa.

E, no Brasil, haveria alguma associação entre espaço geográfico, definido em termos políticos, e codificação da variedade-padrão? É certo que, no Brasil, há mais de uma variedade-padrão e essas diferentes variedades são geralmente orientadas para determinados polos culturais, como as principais capitais do país; mas é também possível que o dialeto do Sudeste, particularmente o praticado em São Paulo e Rio de Janeiro, seja geralmente associado com a variedade de prestígio em função do reflexo do poder e da autoridade que as classes elevadas dessa região detêm nas relações econômicas e sociais.

Como, de qualquer modo, é inevitável o processo de fixação de uma variedade-padrão, ela poderia ser definida como **conjunto codificado de normas linguísticas que são consi-**

deradas socialmente aceitáveis para a classe social de maior prestígio de uma comunidade (WOLFRAM; FASOLD, 1974, p. 18). Em geral, o estabelecimento de uma variedade-padrão pode dar-se por procedimentos informais com base na atribuição de prestígio que algum grupo social recebe da comunidade; nesse caso, os demais falantes se espelham na linguagem das pessoas que admiram como uma norma para seu próprio comportamento verbal. Mas, na maioria dos casos, a padronização informal é acompanhada por procedimentos formais, como a codificação operada pelas gramáticas prescritivas da variedade reconhecida como a mais prestigiada que é, então, preservada por instituições sociais, como o sistema escolar, o sistema jurídico e o sistema político. Em alguns países, como Espanha e França, agrega-se outra instituição codificadora, as academias literárias, cuja tarefa principal é a definição de uma norma nacional. A variedade culta é, assim, associada à escrita e à tradição gramatical. Esta variedade, por sua vez, é inventariada nos dicionários, passando, portanto, a ser “[...] a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional” (GNERRE, 1985, p. 7).

Para uma reflexão mais acurada sobre os processos de padronização, pode-se pensar nos conceitos derivados dos termos *padrão* e *norma* de comportamento (FICHTER, 1969 apud CAMACHO, 1984). O padrão de comportamento forma-se depois que uma parcela expressiva dos membros de uma comunidade age de modo mais ou menos similar e constante durante longo período de tempo. Esse modo de agir torna-se princípio de conduta, na medida em que pode ser usado como modelo ou guia para a atividade social. Pode-se afirmar, então, que a norma linguística deriva da variedade empregada com certa constância e regularidade pela classe social de maior prestígio da comunidade: a variedade realmente empregada, ou **padrão real**, torna-se norma, ou **padrão ideal**, para todos os demais membros da comunidade.

Garvin e Mathiot (1974) entendem que a variedade-padrão representa um elo simbólico entre os membros de um grupo social que fala diferentes variedades, contribuindo, por isso, para unificá-los em torno de uma verdadeira comunidade linguística. Há, por um lado, uma **função unificadora**, que opõe a variedade-padrão às demais variedades ou dialetos da mesma comunidade; há, por outro lado, uma **função separatista**, que opõe a variedade-padrão, tomada como língua nacional, às línguas de outras comunidades, de modo que ela passa a representar um poderoso símbolo de identidade social. A afirmação de uma variedade linguística como norma na Espanha e em Portugal, no fim do século XVI, representava

[...] uma dupla afirmação de poder: em termos internos, em relação às outras variedades linguísticas usadas na época que eram quase que automaticamente reduzidas a “dialetos” e, em termos externos, em relação às línguas dos povos que ficavam na área da influência colonial (GNERRE, 1985, p. 9).

Outra função simbólica mencionada por Garvin e Mathiot (1974) é a **função de prestígio**: para que uma língua ou variedade seja comparável ao padrão de prestígio faz-se necessário aproximá-la o mais possível das propriedades ideais do modelo adotado. No percurso histórico de fixação de uma norma para as línguas europeias, o padrão de prestígio a ser imitado pelas variedades correntes era o latim, modelo de língua e de poder na Europa medieval. As variedades linguísticas europeias que, a essas alturas, já estavam associadas com a escrita, “[...] passaram por um claro processo de ‘adequação’ lexical e sintática, no qual o modelo era sempre o latim” (GNERRE, 1985, p. 8).

Além dessas funções simbólicas, uma variedade-padrão desempenha uma função objetiva, a de servir como **quadro de referência** para toda forma de expressão. Isso significa que a variedade-padrão fornece uma norma codificada que consiste, em última análise, em uma medida de correção e, em consequência, os falantes em geral são julgados em termos de sua conformidade ou desvio em relação a essa norma.

No entanto, é um grande equívoco pensar, como é hábito na tradição gramatical brasileira, que, uma vez estabelecida, a norma deve ser imutável, aplicando-se sem variação a todas as circunstâncias de interação. Há tanto variantes estigmatizadas, que no geral a variedade-padrão reprime, quanto alternativas corretas demais, que só podem aplicar-se a situações de alto grau de formalidade. Uma pessoa pode parecer perfeitamente educada ao solicitar a um desconhecido, no café, que lhe passe o açucareiro, dizendo-lhe simplesmente: *Por favor, me passa o açucareiro?* Seria certamente ridículo, nessa situação, usar uma expressão formal, como: *Por obséquio, queira me passar o açucareiro?*, embora ela seja perfeitamente enquadrada nas normas mais elaboradas da língua; por outro lado, poderia parecer grosseiro dirigir-se a um interlocutor desconhecido dizendo, informalmente: *Cara, passa esse açucareiro aí?*

O uso de variantes demasiadamente formais em qualquer situação de interação se deve ao fato de que a escola adota em geral uma forma de **gramática prescritiva**, que é como a variedade-padrão se acha codificada nos manuais de gramática. Como a escola em geral tem-se dedicado pouco ao ensino da modalidade falada, a gramática prescritiva, estabelecida com base na modalidade escrita e literária, acaba sendo aplicada a todas as circunstâncias de interação, inclusive as faladas em situações informais, quando o domínio completo de uma língua deve incluir o número maior possível de modalidades de interação – desde escritas formais a faladas informais – e de diferentes gêneros textuais em ambas as modalidades.

Assim, em termos de adequação à situação comunicativa, acima definida como **variação estilística**, tanto as formas estigmatizadas, quanto as demasiadamente cultas podem ser enquadradas na variedade não-padrão, já que, nesse último caso, não é raro que o interlo-

cutor desconhecido elabore um julgamento negativo do falante, não porque tenha usado um “mau português”, nem porque seja desprovido de cultura, mas simplesmente porque o estilo empregado, inadequado àquela situação específica, pode dar a impressão de um falante demasiadamente “pretensioso”.

4. NORMA, VARIEDADES LINGÜÍSTICAS E ENSINO

Como, em geral, a variedade-padrão é imposta como referencial exclusivo para todas as circunstâncias de interação, negligenciam-se as experiências culturais vivenciadas, especialmente pelo jovem provindo de camadas marginalizadas. De um ângulo estritamente linguístico, cria-se uma espécie de conflito entre a língua de fato ensinada na escola, como referencial exclusivo, a **variedade-padrão** ou **normativa**, e o dialeto social que o aprendiz domina, de acordo com sua origem sociocultural.

No ensino tradicional de língua portuguesa, elegem-se o correto e o incorreto como critério único no tratamento da variação, o que, como vimos, longe de ter qualquer respaldo em fenômenos intrinsecamente linguísticos, encontra justificativa em determinações de natureza social.

Uma das consequências dessa atitude prescritivista é liquidar o último reduto das camadas marginais – justamente o que lhes é peculiar e identificador – sua própria variedade de linguagem. Boa parte do tempo disponível para o trabalho prático com a linguagem em uso é irremediavelmente perdido com a repetição, ano a ano, das mesmas e inúteis listas de exceções de regras e da mesma classificação gramatical. Como esse procedimento didático estigmatiza e discrimina formas discursivas complexas e eficazes empregadas no cotidiano, nada repondo em seu lugar, pode ser caracterizado como um **modelo da deficiência**. O principal pressuposto da tradição normativa é que caberia à escola o papel de compensar supostas carências socioculturais, constituindo a principal tarefa do ensino substituir a variedade não-padrão pela variedade-padrão.

Pode-se, no entanto, propor, como ideia alternativa, que variações de linguagem não devem passar pelo crivo avaliador de uma gramática prescritiva por consistirem em formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante. Nesse modelo, que podemos chamar de **modelo da diferença**, a variedade dos grupos socialmente marginalizados é um sistema linguístico nem deficiente nem inerentemente inferior a outras variedades (WOLFRAM; FASOLD, 1974). Nesse caso, é outra a tarefa fundamental da pedagogia da língua materna: cumprir-lhe despertar a consciência do aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação, com base no princípio de que, **independentemente de seu contexto social de origem, toda criança é perfeitamente capaz de adqui-**

rir um sistema linguístico apropriado a todas as funções comunicativas a que este se destina. Na base desse princípio, há o pressuposto de que a variedade-padrão não constitui um modelo universal e único. É apenas uma das variedades disponíveis, embora seja a mais prestigiada e, por isso, geralmente a selecionada para o uso em situações formais.

Justamente por ser a mais prestigiada, **o objetivo verdadeiro da escola é ensinar a variedade-padrão**, mas com nova roupagem: trata-se de criar condições para que as formas de prestígio sejam acrescentadas à variedade que o aluno já domina, o que o habilitaria a selecionar a alternativa mais adequada à situação comunicativa.

Impor **com exclusividade** a variedade-padrão, misturar uma pitada de intolerância para com a variedade não-padrão, que as crianças de classes desfavorecidas dominam, são os ingredientes de uma receita infalível que pode provocar o desenvolvimento de um forte sentimento de insegurança linguística. Para as crianças economicamente favorecidas, o mal é certamente menor, pois, desde a primeira infância, acham-se mais familiarizadas com a variedade-padrão; assim, o modelo escolar é uma extensão do processo de socialização iniciado pelos pais e pelo meio social em geral. Nesse aspecto, as camadas marginalizadas nadam contra a maré. A modalidade de cultura que a escola desenvolve afina-se mais com a das classes dominantes. O problema é maior quando tal modalidade se impõe no ensino como referencial exclusivo a que outras formas de experiência cultural acabam por submeter-se.

Na relação pedagógica em si mesma, abstratamente considerada, nada há que leve necessariamente a instituir a matriz de valores da classe dominante como cultura referencial exclusiva a transmitir. De um ponto de vista objetivo, a ação pedagógica pode-se transformar em um gesto de violência simbólica, na medida em que resulta da imposição de uma cultura também arbitrariamente selecionada e que, de forma alguma, pode ser deduzida de princípios universais. Esse tipo de seleção é uma arbitrariedade porque se fundamenta tão somente nas relações de força entre os grupos sociais (BOURDIEU; PASSERON, 1975 apud CAMACHO, 1984).

O papel que a norma desempenha nesse jogo é óbvio: o valor simbólico das variedades linguísticas disponíveis está em função da distância que as separa da variedade-padrão que a escola impõe. A tradição da instituição escolar consiste em não apenas ignorar a legitimidade da variação linguística, mas também submeter as variedades linguísticas ao critério de correção, como uma peneira fina. O que passa é um conjunto de expressões vinculadas ao registro formal da modalidade escrita e o que sobra é estigmatizado como realizações incorretas e deficientes em confronto com a matriz de valores eleita como a variedade-padrão.

A solução desse problema parece muito evidente. É urgente mudar para o modelo da diferença, adotando outra estratégia para o ensino da língua materna. Nessa perspectiva, **o**

ensino da variedade-padrão continua a ser um dever da escola e um direito do aluno, mas não precisa ser necessariamente **substitutivo** e, por isso, não implica a erradicação das variedades não-padrão. As formas alternativas de expressão podem conviver harmoniosamente na sala de aula; cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para ele perceber as diferenças de valor social entre as variedades que lhe permita depois selecionar a mais adequada, conforme as exigências das circunstâncias da interação. O sistema escolar tem um papel político relevante a desempenhar, que é o de estender às camadas marginalizadas o acesso a todos os bens simbólicos, entre os quais se inclui indubitavelmente o acesso à variedade-padrão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2000.
- CAMACHO, R. G. **Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa**. 1984. Tese (Doutorado em Linguística) – Araraquara: UNESP, 1984.
- CAMACHO, R. G. A variação linguística. In: SÃO PAULO (Estado). **Subsídios à proposta curricular para o ensino de língua portuguesa no 1º e 2º graus**. São Paulo: SE-CENP, 1988. v. 3.
- CAMACHO, R. G. Sociolinguística (Parte II). In: MUSSALIM, F., BENTES, A. C. **Introdução à linguística**. Domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 49-76.
- COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- CUNHA, C. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1971.
- GARVIN, P.; MATHIOT, M. A urbanização da língua guarani – um problema de linguagem e cultura. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. (Org.). Sociolinguística. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p.119-130.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- POSSENTI, S. **A cor da língua e outras crônicas de linguista**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- WOLFRAM, W.; FASOLD, R.W. **The study of social dialects in American English**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall Inc., 1974.